

TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM URBANA DE SANTA VITÓRIA DO PALMAR-RS: A PRODUÇÃO DA CIDADE

Lenize Rodrigues Ferreira¹

Resumo: A urbanização afeta tanto a cidade como o campo, e induz mudanças análogas. No caso das pequenas cidades essas mudanças são evidentes, o que nos leva a questionar de que maneira, através e a partir da paisagem urbana pode ser percebido o movimento inerente ao processo de (re) produção espacial e seu conteúdo. O objetivo do texto é trazer algumas reflexões sobre as relações sociais que consolidam a estrutura atual da cidade de Santa Vitória do Palmar, situada no extremo sul do estado do Rio Grande do Sul – Brasil. A cidade foi fundada em 1855 por obra dos grandes proprietários que incorporaram a extensão de terras incluída nos antigos Campos Neutrais (fronteira dos domínios português e espanhol). Ao longo dos anos, observa-se uma diminuição da população total do município e da população rural, e aumento da população urbana, caracterizando a migração das pessoas das áreas rurais para a cidade. A cidade torna-se então, local de concentração da força de trabalho rural, devido ao grande número de trabalhadores agrícolas que a buscam para sua residência, alteração essa ocasionada pelas transformações no campo. Uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só pode ser compreendido através da sociedade. Desta forma, a produção (e reprodução) do espaço urbano pode ser analisada, primeiramente, a partir das mudanças na morfologia da cidade.

Palavras-chave: morfologia da cidade, Santa Vitória do Palmar-RS, paisagem urbana.

1 INTRODUÇÃO

A proposta do texto é trazer algumas reflexões sobre as relações sociais que consolidam a estrutura atual da cidade de Santa Vitória do Palmar, bem como verificar o papel do poder público no processo de produção da cidade e definição de seu papel urbano. Através do estudo da paisagem urbana, buscamos explicar como a cidade se organiza e estabelecer sua relação com o passado, identificando na paisagem esses elementos. A elaboração da pesquisa ocorreu através de revisão bibliográfica, leitura da paisagem e coleta de dados. Procuramos construir nossa base teórica buscando suporte em autores que tratam do urbano, da Ciência Urbana em geral.

A cidade constitui realização humana, uma criação formada ao longo do processo histórico e que ganha materialização concreta; vai se diferenciar pelas formas materiais visíveis na paisagem, mostra-se em função de seus diversos usos, que demonstram a construção do espaço de uma forma desigual e contraditória. A forma expressa a história humana socialmente produzida pelo homem, expressa, enfim, um modo de vida pelo qual a paisagem revela-se, em espaços desiguais em suas aparências. A paisagem nos mostra a desigualdade porque ela é também uma expressão do modo de vida da sociedade, a forma pela qual o fenômeno do processo de reprodução do espaço urbano se manifesta.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista CAPES.

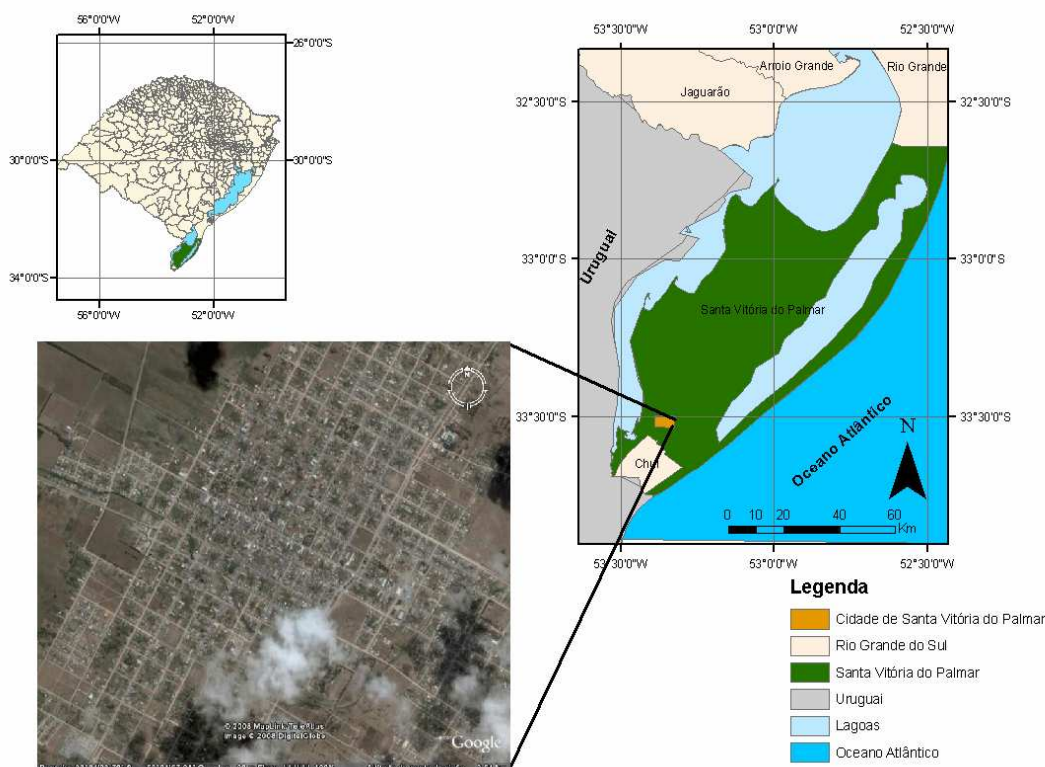
No Brasil, o processo de urbanização esteve quase sempre associado a um modelo econômico excludente. A concentração de terras e a precariedade das condições de vida no campo levam grandes parcelas da população rural a migrar para as cidades, que crescem desigualmente. Grande parte dos trabalhadores, mesmo os que participam da economia formal, recebem baixos salários, em geral, insuficientes para comprar uma moradia ou alugar um imóvel. Na paisagem urbana são comuns as submoradias, a falta de saneamento básico, as ruas sem pavimentação e outras cenas que denotam más condições de vida. Essa é a face mais visível do crescimento desigual e da má distribuição da renda nas cidades brasileiras.

Entre 1950 e 2000, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a população brasileira deixou de ser predominantemente rural. Esse processo ocorreu de forma acelerada e desordenada desde a década de 1930, gerando muitos problemas urbanos e agravando as desigualdades sociais no país. Em virtude da mecanização do campo e do histórico processo de concentração de terras, assistiu-se, até meados dos anos 1990, a uma verdadeira expulsão dos trabalhadores rurais, que buscaram as cidades. A maioria dos migrantes se dirigiu a um número reduzido de cidades, que acabaram se transformando em metrópoles com sérios problemas sociais e ambientais, ocasionando deterioração da qualidade de vida e aumento das disparidades sociais no país. Esse fato implica no aparecimento de grandes concentrações urbanas e conseqüentemente, esvaziamento das áreas rurais e pequenos centros. Estes últimos, a exemplo dos aglomerados urbanos maiores, redefinem-se em novas formas, ganham novas funcionalidades e conteúdo - pessoas, bens, equipamentos modernos - ou seja, urbanizam-se. A estrutura político-administrativa do território mostra que 75% dos municípios brasileiros possuem menos de vinte mil habitantes, e apenas 25% possuem mais de vinte mil, indicando tanto a concentração quanto a dispersão da territorialidade urbana brasileira (ENDLICH, 2006). A urbanização afeta tanto a cidade como o campo, e induz mudanças análogas.

2 A CIDADE DE SANTA VITÓRIA DO PALMAR-RS

Nosso objeto de estudo, Santa Vitória do Palmar, situada no extremo sul do estado do Rio Grande do Sul (Figura 1), foi fundada em 1855 por obra dos grandes proprietários que incorporaram a extensão de terras incluída nos antigos Campos Neutrais, fronteira dos domínios português e espanhol. Apresenta sua formação ligada a forte presença militar - embora hoje não possua guarnições do exército, como em Jaguarão e outras cidades da fronteira - devido à posição geográfica e política entre o sul do Brasil e a fronteira com o Uruguai; constituindo desde cedo zona de tensão entre as possessões espanhola e portuguesa.

FIGURA 1 – Mapa de localização do município de Santa Vitória do Palmar-RS



FONTE: IBGE, Google Earth. Alterado por Nola Gamalho e Lenize Ferreira.

Estruturada com base na propriedade fundiária, a cidade foi construída em torno de uma praça, com ruas retas e espaços quadriculares. Até a década de 1940 o município é voltado para uma economia pastoril. Santa Vitória localiza-se a aproximadamente 230 km de Rio Grande, sendo este o município mais próximo via terrestre. Ao longo desta extensão não existe nenhuma povoação, apenas alguns núcleos ou vilas, o que demonstra o isolamento ao qual a cidade mantinha-se do restante do estado. Até o ano de 1950, o transporte de pessoas e mercadorias era realizado pela Lagoa Mirim, com chatas e carroças que entravam na Lagoa até o nível em que a água alcançava os eixos, onde então as pessoas e cargas eram transportadas para as embarcações. Havia também o transporte rodoviário, realizado pela costa oceânica até Rio Grande, onde, através da estrada de ferro, era possível dirigir-se ao restante do estado.

Com a abertura do trânsito rodoviário sobre o banhado do Taim, que substituiu as viagens pela praia, tem-se a introdução do cultivo de arroz no município, alertando os rizicultores da zona sul do estado para uma nova área. Segundo Bernardes (1954, p.24):

a rizicultura encontrou campo aberto para a sua expansão, já que não foi preciso desalojar outro produto, e apenas, acrescentar à criação de gado, ocupação tradicional na área de colonização luso-brasileira do Rio Grande, uma nova atividade bastante lucrativa, a lavoura de arroz.

O grande impulso do arroz no município pode ser marcado em 1955. No período de 1955/1965, tem-se um incremento de 1.465% na área cultivada, partindo-se de 2.072 hectares para 31.740 hectares em 1965. No período seguinte 1965/1975, ocorre um incremento menor, de 30%, porém com o aumento de produtividade. A partir de 1960 observa-se uma nova configuração do município, voltado para o arroz, acompanhado do aumento da densidade demográfica e aumento do mercado de trabalho.

Com a construção da rodovia, várias granjas foram sendo formadas ao longo da BR 471, atraindo também atividades ligadas ao comércio, como implementos agrícolas, maquinários, bancos, assim como população. O termo Granja é utilizado para designar as áreas produtoras de arroz no município. Uma granja compreende a sede do escritório, o maquinário agrícola utilizado, os engenhos e silos responsáveis pela secagem e armazenagem do produto, residências para os funcionários e normalmente uma escola.

A renda municipal provém em sua maior parte do setor agropecuário, através da lavoura modernizada de arroz. Santa Vitória do Palmar ocupa o 48º lugar entre os 100 maiores municípios do Brasil, relativo ao Valor Adicionado Bruto (VAB) da agropecuária. Ao longo dos anos, observa-se uma diminuição da população total do município e da população rural, e aumento da população urbana, caracterizando a migração das pessoas das áreas rurais para a cidade. Muitos dos trabalhadores que constituem a população agrícola - que trabalha no campo - residem na cidade e apenas conseguem trabalho na época de safra, quando se torna necessário a utilização de mais braços na colheita. Quando a safra acaba, este trabalhador retorna à cidade.

De acordo com a contagem de população do IBGE, no ano de 2007, a população total do município era de 31.183 habitantes, sendo 87,11% urbana, ou seja, 27.165 habitantes. Conforme Santos (1994, p.33) “a população agrícola torna-se maior que a rural exatamente porque uma parte da população agrícola formada por trabalhadores do campo estacionais é urbana pela sua residência”. De acordo com o IRGA (Instituto Riograndense do Arroz), 52,9% da mão de obra empregada na lavoura de arroz no município é temporária, o que demonstra mudanças nas relações sociais como também no conteúdo da cidade. A cidade torna-se local de concentração da força de trabalho rural, devido ao grande número de trabalhadores agrícolas, que a buscam para sua residência, mudança essa ocasionada pelas transformações do campo. Esses fatores nos levam a refletir quais as formas encontradas pela administração municipal para receber e prover essa nova situação de residentes, no que diz respeito à sua permanência e no que se refere à oferta de meios e/ou funções de desenvolvimento local.

3 MORFOLOGIA DA CIDADE

A morfologia diz respeito à análise interna da cidade, ou seja, de que modo as populações e as profissões se repetem no tecido urbano e como se organiza esse tecido. O seu estudo nos permite compreender os processos de transformação da cidade, de sua estrutura e de sua paisagem, ou seja, compreender as causas sociais que fomentam as mudanças ou permanências do plano, da edificação e da própria imagem urbana entendida como paisagem global. As formas estão sempre ligadas a aspectos demográficos, funcionais e sociais da cidade, e são por seu intermédio que as culturas urbanas exercem o seu poder criativo, as suas práticas. Segundo CARLOS (2001, p.46):

(...) a morfologia urbana não revela a gênese do espaço, mas aparece como caminho para a análise do modo como passado e presente se fundem em determinado momento, revelando as possibilidades e os limites do uso do espaço pelo habitante. A forma da cidade que se infere como morfologia permite apreender estabilidades provisórias, equilíbrios momentâneos; coloca-nos diante da duração, daquilo que persiste e daquilo que se rompe, expondo dessa forma a dialética da continuidade/descontinuidade.

O plano e as fases de crescimento da cidade, os limites físicos são mais ou menos evidentes na paisagem, definindo uma estreita ligação entre cidade e circulação, e a influência da centralidade exercida por ela. O plano é compreendido mais através das suas formas originárias, dos seus dispositivos elementares do que na dimensão de um aglomerado moderno. Através de suas indicações, podemos perceber as várias fases do crescimento da cidade, ler sua história. A análise dos planos de cidades constituiu o início da atenção morfológica na geografia urbana: atendiam ao local urbano, associado ao ambiente físico e as etapas históricas do crescimento.

Deffontaines (2004, p.132-133) chama a atenção para o estudo das formas:

A cidade nascente é essencialmente uma igreja e uma praça. A igreja serve de lugar de atração a toda a população, muito ligada, a uma religião de cerimônia e rituais; ela é também o centro de registro civil para os nascimentos, casamentos, enterros (...) as casas que cercam a praça procuram ser luxuosas; elas fazem parte da festa, não são casas, mas palacetes e foram construídas pelos principais fazendeiros das cercanias, porque é um luxo ter-se fachada para a praça.

O processo de reprodução do espaço urbano é percebido, inicialmente, como uma mudança morfológica. A análise do plano da cidade permite definir as etapas de crescimento e os tipos de agentes que atuaram na sua modelação. A morfologia representa então um caminho para entender o modo como passado e presente se fundem, revelando as possibilidades e os limites do uso do espaço pelo habitante. Através das formas é possível apreender a dialética da continuidade/descontinuidade.

Segundo Carlos (2001, p.47) “a forma não pode ser definida fora de suas determinações, de seus componentes e de suas referências à sociedade; ela também possui relação com a história, em particular com a formação dos sistemas de pensamento, das representações (...)”. Dois tempos se justapõem na forma: o primeiro é o tempo da história e do contexto de sua construção, ou seja, o tempo da morfologia urbana ou da história da cidade. O segundo tempo é o do contexto e do tempo de seu uso, ou seja, o ritmo da vida da cidade.

Na análise da morfologia e do plano da cidade, nos baseamos no estudo “*La ciudad pampeana*” de P.H.Randle (1977), que apresenta um modelo de organização das cidades pampeanas argentinas, caracterizadas como cidades de fronteira e de conquista. Assim, fazemos uma analogia à cidade de Santa Vitória do Palmar-RS.

Santa Vitória do Palmar foi construída em torno de uma praça, na forma de um tabuleiro de xadrez, ou seja, ruas retas, e espaços quadriculares. Segundo Randle (1977) o traçado quadricular é a primeira imagem que se associa quando se pergunta pela forma urbana das cidades pampeanas. O traçado quadricular encaixa-se melhor nos movimentos de fronteira e ocupação de novos territórios. Todas as cidades constituídas dessa forma, traçado quadricular, caracterizam-se por apresentar uma estrutura quase homogênea, que possuem elementos básicos comuns a todas elas: a praça (centro das funções urbanas), a rua comercial, o cemitério, o matadouro, a área de remates feiras. A imagem a seguir (Figura 2) exemplifica a regularidade do traçado da cidade.

FIGURA 2 – Vista aérea parcial da cidade de Santa Vitória do Palmar.



FONTE: Sérgio Oliveira.

A localização de uma cidade depende tanto de investimentos, e, portanto de opções sociais e políticas, como das condições naturais. Torna-se importante ver no plano, algo mais do que uma combinação sumária das funções com a topografia.

Para Roncayolo (1986), o plano em xadrez caracteriza as cidades “fundadas” em oposição às cidades “espontâneas”, evidente nas experiências de colonização ou nas zonas de urbanização recente. O autor aponta para a ambigüidade do plano em xadrez: considerado como neutro, não hierarquizado, pois não privilegia nenhum ponto do espaço, como também exprime a vontade de dar um rosto preciso à cidade, sinônimo de planificação, aparece ligado a todas as fundações sistemáticas. Da mesma forma é uma solução fácil para os promotores imobiliários, a atribuição dos lotes fica submetida às leis do mercado, maleabilidade na cedência do solo e na própria construção. As reconstruções podem ser feitas no interior de cada bloco.

A Praça General Andréa, em Santa Vitória, constitui um centro diferencial; as outras praças existentes na cidade vão estar subordinadas à principal. Em seu entorno temos a igreja e os prédios mais importantes, como Prefeitura (situada a uma quadra da mesma), teatro, Clube Comercial, Fórum, bancos e uma série de construções edificadas pela população que consolidou a formação do núcleo urbano. Esta área em torno é definida como o centro cívico, local onde acontecem os principais eventos do município. Corresponde ao lugar designado para as cerimônias formais. Constitui um elemento principal de existência, e durante o período inicial caracteriza-se como o centro de todas as funções urbanas.

Em torno de ella hallamos los dos edificios clave de la división del poder temporal y del poder divino, esto es, “la casa municipal” (...) y “el templo” que originalmente ha sido la parroquia única y que, en todo caso, ha conservado un cierto privilegio “defacto” frente a otras iglesias erigidas posteriormente (RANDLE, 1977, p.78)

Segundo Jean Rémy (1997), a cidade organiza-se em bairros, agrupados em torno do centro, o lugar onde estão instalados os poderes, de desenvolvimento de toda a vida cotidiana. O autor descreve a organização espacial de cidades não-urbanizadas, características que podem ser observadas em cidades pequenas. A cidade é o lugar da história coletiva dos campos que estrutura, possui uma significação simbólica, através das construções, dos monumentos das diferentes funções desempenhadas.

(...) o centro é também o lugar onde se encontra o hotel, pois é a partir deste que o estranho pode, impunemente, introduzir-se no espaço e na vida da cidade. Visto ser o centro o lugar onde se encontram e se misturam, principalmente em certas alturas, os habitantes dos vários bairros, o estranho é nele aceito mais facilmente do que nos bairros, onde é primeiro visto como intruso (...) onde se irão negociar também as trocas com o exterior e com o estrangeiro. É pois no centro também que se resolve o problema do acolhimento, do distanciamento ou da rejeição – o que reforça a significação desse centro como lugar de poder. (RÉMY, VOYÉ, 1997, p.40-41)

A rua comercial, constituída pela via de acesso da cidade à praça, desenvolve um fluxo circulatório, que origina casas comerciais, devido à posição privilegiada na rua de maior fluxo. Constitui-se em um elemento importante a partir da pavimentação e o estabelecimento de um trânsito regular. Atualmente esta rua, caracteriza-se por apresentar lojas de roupas, calçados, farmácias, escritórios, com funções durante o dia; assim como bares, lancherias, hotéis. Estas atividades na maior parte são realizadas em construções antigas, que hoje servem basicamente para fim comercial, ou seja, velhas formas, novas funções.

Definida como a área de comércio varejista, a rua comercial, Barão do Rio Branco, em Santa Vitória do Palmar, constitui um prolongamento da via de acesso à cidade. Nas proximidades da BR 471, localizam-se postos de gasolina, engenhos, lojas de implementos agrícolas, armazéns, churrascaria, equipamentos que caracterizam a ligação da cidade com as áreas agrícolas modernizadas do município.

Outro elemento de identificação da morfologia da cidade é o que Randle (1977) denomina de “bulevar”: uma avenida dupla, separada por jardins mais ou menos ornamentados. Compreende hoje em Santa Vitória a Avenida Bento Gonçalves, local que anteriormente correspondia a uma via de acesso para outros locais do município, também por onde a população deslocava-se para ir ao Chui, Rio Grande e outras localidades. Esta avenida, até o final da década de 1940, constituía-se no limite urbano da cidade; as áreas localizadas para além da avenida constituíam o perímetro suburbano, nucleados pela Vila Jacinto, onde se aglomerava anteriormente a população de menores recursos.

A área central é o foco da cidade, nela concentram-se as atividades comerciais e de serviços (escritórios despachantes, de contabilidade). Em razão das vantagens que esta área oferece, o preço da terra e dos imóveis é bem mais elevado, levando a uma seleção das atividades aí localizadas. Segundo Corrêa (1989, p.40) “localizam-se na área central aqueles que são capazes de transformar custos locais elevados e ampla acessibilidade em lucros maximizados: são as atividades voltadas para um amplo mercado, nacional, regional ou abrangendo toda a cidade”. Nessa área é que vão estar localizadas as lojas de comércio, caracterizando um uso mais intensivo do solo, com uma maior concentração das atividades econômicas, principalmente serviços. A área em torno da rua principal, ou rua comercial, vai caracterizar-se por apresentar atividades semelhantes, com supermercados e lojas menores.

Em torno do centro, observam-se na paisagem as casas melhor estruturadas, dotadas de toda infra-estrutura. À medida que nos afastamos, o padrão de construção vai decaindo, com vilas populares: COHABs² (as mais antigas hoje encontram-se descaracterizadas, as

² Companhias de Habitação

pessoas na medida do possível vão reformando a casa) e casas construídas pelos próprios moradores. Contudo, a área do centro apresenta residências bastante diferenciadas, comprovando que não ocorre uma divisão de classes mais acentuadas.

Com a construção da BR 471, novas áreas são incorporadas à cidade, que vai ganhando outra configuração, como a Avenida Justino Amonte Anacker, via de acesso à cidade, que se especializa no comércio de máquinas, postos de gasolinas, atendendo ao transporte de cargas, caminhões, viajantes. Os terrenos localizados entre o limite anterior (Avenida Bento Gonçalves) e a rodovia BR 471 sofreram uma valorização, originando lucros para seus proprietários, que sem gastos, têm seus terrenos valorizados com a ajuda do Estado. Áreas antes consideradas suburbanas são incluídas ao perímetro urbano do município.

Ocorre então uma redefinição dessas áreas, através da valorização fundiária e do interesse de firmas empreiteiras representando os promotores imobiliários. Novos espaços vão se estruturando para atender a população que não possui condições de ocupar terrenos com uma maior gama de serviços e dotados de infra-estrutura. Esta população procura lotes mais barato dando uma nova configuração ao município, com o aumento de áreas periféricas, e a incorporação de novas áreas ao espaço da cidade.

A “produção” do espaço urbano se dá, em geral, pela incorporação à cidade de glebas que antes tinham um uso agrícola. Na medida em que a cidade vai crescendo, centros secundários de serviços vão surgindo em bairros, que acabam formando novos focos de valorização do espaço urbano, reestruturando as áreas já ocupadas. Dessa forma, os serviços urbanos são utilizados por aquela parcela da população que pode “pagar” por eles, preço esse incluído na renda do solo que dá acesso a eles. Percebemos que o asfalto constitui um divisor dos valores territoriais. Os terrenos dotados de infra-estrutura acabam “expulsando” a população mais pobre, que migra para áreas mais distantes. O Estado desempenha importante papel na determinação das demandas pelo uso de cada área específica do solo urbano e, portanto, do seu preço.

O modo de ocupação de um determinado lugar da cidade dá-se a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja de produzir, consumir, habitar ou viver. A maneira como as atividades irão se materializar na cidade dependerão de uma série de fatores. A diferenciação desses usos irá corresponder à divisão técnica e social do trabalho, em um determinado momento histórico. O uso do solo urbano é utilizado de forma diferenciada pelos vários segmentos da sociedade.

4 CAMINHOS PARA A REFLEXÃO

A análise interna, morfológica, das cidades não pode limitar-se às determinações econômicas, sem dúvida fundamentais do uso e organização do espaço, mas deve fazer intervir os diversos projetos de que são portadores os vários grupos sociais. A forma de percebermos a cidade constitui um reflexo do pensamento geográfico. Nesse sentido, devemos pensar a cidade, o espaço urbano, não mais apenas através de suas formas, mas como um processo em construção.

Segundo Santos (1988, p.53), “o espaço deve ser estudado levando-se em conta sua relação com a sociedade, quando os processos mudam, mudam as funções também, estas devem ser apreendidas em decorrência de sua história, a acumulação do tempo histórico permite-nos compreender a atual organização espacial”. O espaço contém enquanto produto

histórico, o processo de acumulação técnica cultural que guarda as características e determinações da sociedade que a produziu. O homem adquire um papel fundamental como sujeito do processo. As formas espaciais irão traduzir as relações existentes na sociedade, dos homens que a produziram, sendo possível compreendê-las através dos movimentos históricos concretos.

Santa Vitória do Palmar possui uma classe dominante originada basicamente na propriedade fundiária, que determinou as condições de comerciantes e artesãos. A divisão social do trabalho irá implicar não apenas a troca de mercadorias, mas também a apropriação e o controle dos excedentes. A cidade surge da necessidade de exercer o poder de apropriação, de armazenamento e de controle do excedente, ou seja, como um local de mercado. A ação desses agentes é complexa, pois resulta da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades de reprodução das relações sociais, e dos conflitos que surgem. A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial: constituindo áreas destinadas à habitação, a produção e ao comércio.

O maior incremento processou-se nas décadas de 1950-1960, apresentando uma maior dinamização do município, na qual novas áreas são incorporadas ao espaço urbano. Atualmente o município volta-se para uma nova configuração: em alguns locais observa-se a construção de prédios ainda de forma recente, bem como a construção de moradias populares para atender a população de baixa renda proveniente do campo, o que pode dar margem para uma nova estruturação do tecido urbano, pois a cidade não pode ser pensada como algo acabado, pronto e sim, algo não definido, sempre sujeito a mudanças, pois a própria segregação espacial é dinâmica, áreas antes consideradas periferia, hoje podem ganhar uma nova configuração, da mesma forma, áreas antes consideradas nobres hoje podem estar totalmente degradadas.

A relação entre a sociedade e o espaço será dada pelo processo de trabalho, através do qual o espaço é produzido. As formas espaciais traduzem as relações existentes na sociedade, portanto, analisar a paisagem urbana é uma forma de compreender o mundo em que vivemos, ou seja, o espaço da sociedade humana, onde os homens habitam e, ao mesmo tempo, produzem modificações que (re) constroem o espaço permanentemente.

REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, P. **História das Terras e Mares do Chui**. Caxias do Sul: ECUS, 1978.

_____. **Santa Vitória: um município do Prata**. 1ª ed. Santa Vitória do Palmar: Jerivaçu, 1992.

BERNARDES, L.M.C. *Cultura e Produção de Arroz no sul do Brasil* in: **Revista Brasileira de Geografia** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ano XVI nº04 out/dez 1954.

CARLOS, A.F.A. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: EUSP, 1994.

CARLOS, A.F.A. **Espaço-tempo na metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. *Uma leitura sobre a cidade*. In: _____ **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004, p.17-34.

CORREA, R.L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

DEFFONTAINES, P. *Como se constituiu no Brasil a rede das cidades*. **Cidades**. Presidente Prudente, v.1, n.1, p.119-146, jan. - jun.2004.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. 2006, 505p. – Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MONBEIG, P. O estudo geográfico das cidades. **Cidades**. Presidente Prudente, v.1, n.2, p.277-314, jul.-dez. 2004.

RANDLE, P.H. **La ciudad pampeana**. 2ª ed. Buenos Aires: Oikos, 1977.

RÉMY, J.; VOYÉ, L. **A cidade: Rumo a uma Nova Definição?** 2ªed. Porto: Edições Afrontamento, 1997.

RONCAYOLO, M. *Cidade* In: **Enciclopedia Einaudi**, Vol. 8, Lisboa: Casa da Moeda, 1986, p.396-487.

SANTOS, M. **Espaço & Método**. São Paulo: Nobel, 1988.

_____. **A urbanização brasileira**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1994.